

TIPOLOGIAS DOS CONFLITOS EM TORNO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO COMPLEXO MACURICANÃ - PARINTINS - AMAZONAS.

¹MACHADO, M.M.Souza.

Introdução

A pesca é uma atividade muito antiga na Amazônia. O grande volume e variedades de espécies de pescado serviram de atrativo para a fixação dos colonizadores e exploradores, como também para a exploração econômica, de modo que era uma das alternativas de maximização de lucro na região. Assim a pesca é a marca imemoriável da constituição dos povos amazônicos e da construção dos territórios dos grupos sociais locais, conforme salienta Rapozo (2008).

Atualmente esta atividade enfrenta conflitos sociais decorrentes do aumento da demanda e da pouca oferta do pescado. Os conflitos entre os diversos atores afetam a cadeia produtiva e causam desequilíbrio na organização social da produção. Estes são os motivos que despertaram o interesse em estudar este tema; dado que a produção pesqueira ocorre em uma área com regime de propriedade comum, inserida em uma unidade de conservação onde vigoram leis de proteção ambiental, de modo que é oportuno estudá-lo com mais profundidade.

Sendo uma atividade econômica de recurso renovável, em um espaço com práticas de comércio que pouco leva em conta a capacidade de regeneração das espécies, sem dúvida, gera conflitos entre os vários atores envolvidos com a pesca comercial e artesanal.

Procede continuar esse debate, dado que a história do desenvolvimento da Amazônia, notadamente, a partir da segunda metade do século XX, é marcada por projetos governamentais mal e bem sucedidos, além de conflitos fundiários que levaram o desmatamento de sub-áreas e a morte de centenas de pessoas. Os conflitos não se deram somente no âmbito dos problemas agrários, mas em alguns municípios ocorreram em torno das atividades pesqueiras. O esforço de pesca organizado por armadores causou a

¹ Márcia Maria Souza Machado - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas.
marcia.isa.machado@gmail.com

sobrepesca de espécies nobres, de modo que a sua captura gerou conflitos em algumas comunidades, por exemplo, as situadas em Parintins.

A Pesca na Amazônia

A pesca sendo uma das mais antigas atividades já praticadas na Amazônia e a que mais alimentou a população nativa desde os primórdios, atualmente continua a ser bastante praticada, porém com mais intensidade e com objetivos comerciais que não levam em conta as características naturais deste espaço.

Conjectura-se que as comunidades humanas da Amazônia devem saber que os recursos pesqueiros são renováveis, posto que a cada ano novos cardumes de variadas espécies ressurgem nos rios e lagos. Contudo, se o esforço de pesca for maior que o tempo de regeneração das espécies mais consumidas, dado que a demanda por pescado só cresce, certamente leva-se ao seu declínio ou esgotamento dos estoques.

As comunidades mais atingidas diretamente com esse problema são as que moram nas orlas de rios e lagos. Para essa população com poucas alternativas na dieta alimentar, posto que as carnes suína, bovina ou de frango são de baixo consumo, a pesca se traduz em sinônimo de subsistência e/ou comercialização (para complemento da renda).

Quando se percebe a escassez das espécies mais procuradas, as comunidades impõem restrições à pesca comercial (acordos de pesca). Por conta disto, os conflitos surgem envolvendo diferentes sujeitos sociais (de um lado pescadores profissionais que utilizam apetrechos de pesca mais sofisticados e de outro, pescadores de subsistência).

Nas entrelinhas do conflito fica entendido de que se trata de dois problemas, um de natureza socioeconômica e outro de sustentabilidade. No caso do primeiro, um traço marcante é que a pesca como qualquer outra atividade está organizada, em parte, na base do funcionamento dos mercados, ou seja, sob o jugo do mecanismo de preço. Neste mercado muitas pessoas tomam decisões privadas perseguindo seus próprios interesses. A tomada de decisões individuais, afeta o processo de alocação de recursos. O segundo traço responde a necessidade de se pensar no bem estar das sociedades futuras e das próprias espécies. Produzir de forma sustentável é o que se espera da racionalidade econômica. Quando não se levam em conta esses conceitos e princípios, os conflitos em torno da produção pesqueira são iminentes.

Já existem inúmeras literaturas que já abordam este tema na Amazônia. Com isto a contribuição deste trabalho está na atenção minuciosa em discutir e analisar os conflitos em torno da economia da pesca (oferta e demanda e a prática sustentável da pesca) que ocorrem em algumas localidades do Amazonas, mas sob uma perspectiva econômica e institucional.

Assim, o objetivo é analisar, sob a perspectiva econômica e institucional, os problemas da produção social sustentável da pesca que envolve as comunidades que habitam o complexo dos lagos do Macuricanã, localizado no município de Parintins, no Estado do Amazonas. Devido às práticas que vem sendo executadas e os grupos humanos que ali disputam o pescado. O local é berçário e alimentação de inúmeras espécies de peixes e quelônios, onde são grandes os indícios de exploração desordenada gerando externalidade negativa, tanto econômica quanto ambiental.

Essa externalidade é agravada pela pesca predatória, expansão de pastagens para bovinos, bubalinos e desmatamento. No plano específico, visa-se: entender as razões dos conflitos sociais e compreender o desempenho das organizações comunitárias no processo de regulamentação no uso dos recursos pesqueiros.

Os fundamentos teóricos pautaram-se nos conceitos de conflitos sociais, economia institucional, direito de propriedade, além da produção sustentável na perspectiva da economia neoclássica. É possível definir de forma mais resumida que as instituições são como um conjunto de regras, que podem ser formais e informais, e com restrições relativas que as pessoas podem usar ao relacionarem-se em sociedade, Fiani (2011). O direito de propriedade pode dar diferentes formas de organização e de gestão dos recursos. Os conflitos foram organizados de acordo com a proposta metodológica de tipologias de Bennet *et al* (2000), utilizando cinco categorias e mensurações para a análise das cooperativas e das associações.

As fontes de conflitos estão associadas a uma combinação de fatores, tanto de ordem sociológica quanto de ordem geográfica, econômica e política. De forma didática merece ressaltar que acordo tem o sentido de concordância, em que os atos de um sujeito não podem contrariar os atos do outro. Na atividade pesqueira, tecnicamente falando, os pescadores (profissionais ou de subsistência) de dada comunidade ribeirinha definem juntos quais são as “regras do jogo” (proibições e as normas) a serem adotadas para a regulação da produção pesqueira, conforme observam Castro *et al.* (2001) e Ruffino

(2005). No caso de uma avaliação do desempenho das organizações sociais existentes no complexo Macuricanã, tais como GRUPACOM, Colônia de Pescadores Z-17 e Sindicato de Pescadores de Parintins - SINDPESCA, houve necessidade de gerar dados estatísticos de natureza primária, por meio da aplicação de um ²questionário de pesquisa contendo 72 questões.

Localização da área de estudo

O complexo Macuricanã está localizado no Município de Parintins e Nhamundá, no Estado do Amazonas, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Nhamundá, unidade de conservação estadual. Esta unidade foi criada pelo Decreto nº 12.836, de março de 1990, e inicialmente gerenciada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. Estende-se numa superfície de 195.900 ha de ambiente de várzea, pertencente ao município de Nhamundá. Sendo que nesse complexo existem 33 comunidades com aproximadamente 1370 famílias. O local é berçário e alimentação de inúmeras espécies de peixes e quelônios, onde são grandes os indícios de exploração desordenada gerando externalidades negativa, tanto econômica quanto ambiental. Essa externalidade é agravada pela pesca predatória, expansão de pastagens para bovinos, bubalinos e desmatamento.

² Os dados para análise foram coletados pelo grupo de pesquisa em Tecnologias Sociais, coordenado pela Professora Antonieta do Lago Vieira, da Faculdade de Tecnologia da UFAM. Deste grupo de pesquisa surgiu a dissertação de Mestrado sob orientação do Professor Luis Roberto Coelho Nascimento (Dr. em Economia e professor da Universidade Federal do Amazonas).

Mapa 01- Complexo Macuricanã

Legenda: Localização da área de estudo. Complexo Macuricanã conforme a SDS.
 Fonte:CEUC/SDS

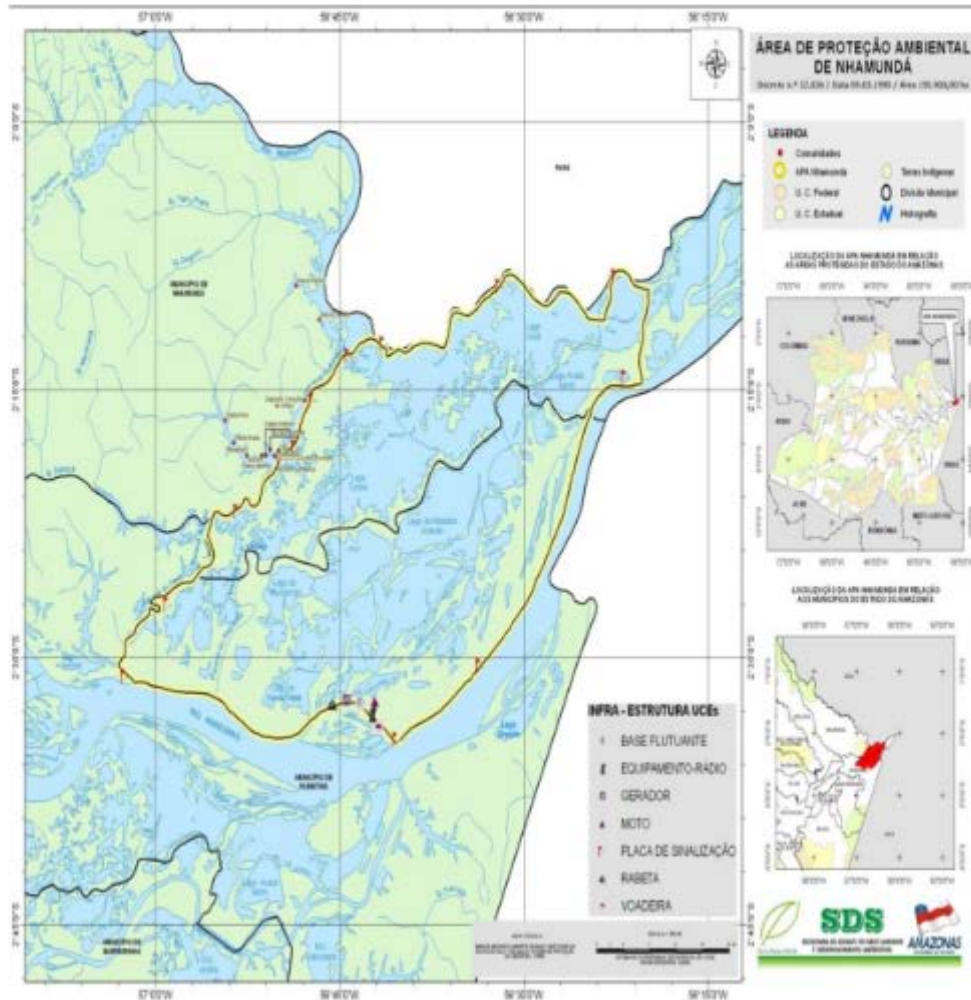


Imagem 01: Localização da área estudada. Complexo Macuricanã.

Direito de Propriedade

Todo indivíduo possui o direito de propriedade. São direitos estabelecidos em lei conforme a Constituição Federal em seu inciso XXII do artigo 5º, o qual estabelece que “é garantido o direito de propriedade”, e também confirma que “ todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito a vida, isso possibilita que cidadãos possam usar e gozar de um determinado bem e revê-lo de quem quer que injustamente o esteja possuindo”. Este é o conceito jurídico de controlar o acesso aos recursos ou ativos de que são titulares. Contudo, no sentido econômico e social o direito de propriedade não é o de possuir direito de propriedade simplesmente sobre um bem , mas implica dar uma função social, ou melhor, fazê-lo frutificar e recolher da propriedade todos os seus frutos.

Na Amazônia, estabelecer e definir direitos de propriedades não é uma tarefa fácil. Pois a pescaria nos rios, lagos e igarapés são de livre acesso. Por não haver um “dono” do lago, assim pescadores exploram o máximo que podem. Para Diniz e Arraez (2011) o resultado desta atividade pesqueira é conhecido como Tragédia dos Comuns, pois ela ocorre no momento em que há o rompimento do equilíbrio ecológico entre a taxa de renovação e a taxa de exploração que garante a estabilidade dos estoques, que pode resultar na queda dos lucros.

Tragédia dos Comuns

Tragédia dos Comuns foi tratada pelo matemático Lloyd (1883) para descrever a posse comunal da terra em aldeias medievais. Posteriormente com Hardin, em seu livro “The Tragedy of the Commons”, em 1968, trata especialmente de questões como privatização, acesso restrito ou controlado a um recurso e a regulamentação.

O termo Tragédia, metáfora que simboliza um relacionamento estrutural, mas não é uma descrição precisa dele, ou seja, ela não deve ser vista como trágica, nem como uma condenação dos processos que a ela são atribuídos, da mesma forma ocorre com más interpretações dadas ao termo “comum”. A metáfora Tragédia dos Comuns surge sim, para ilustrar a forma de como o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito termina por condenar estruturalmente o recurso por meio de sua superexploração.

Como explicar a forma que isso acontece?

O aumento dos benefícios originados da exploração por um grupo serve de incentivo para ele maximizar o uso do recurso até o ponto em que se tornam dependentes dele, o problema surge porque os custos não estão atribuídos entre todos (não somente este grupo que dela está extraindo seus benefícios) o que por sua vez aumentará a demanda, dando origem a Tragédia.

Instituições

Estudo das instituições é importante para a análise de desenvolvimento do sistema econômico, pois este se preocupa em como coordenar as atividades que utilizam os recursos disponíveis e a redução dos conflitos que podem possivelmente surgir. Desta forma as instituições têm os seguintes objetivos: a cooperação, a coordenação e a redução do desperdício de recursos.

Resultados

Devido ao fato de que a atividade pesqueira na Amazônia ser muito antiga e por termos diversidade em espécies de peixes que se tornaram comerciais. Diferentes grupos humanos passaram a usufruir deste bem. A existência de grandes estoques de peixes de várias espécies deve-se a grandeza da bacia hidrográfica que se estrutura por grandes rios, paranás, lagos e igarapés.

Por conta desta malha hidrográfica, os rios da Amazônia são vias com diferentes usos para as populações ribeirinhas e um meio de deslocamento entre os municípios e estados da Amazônia. É nestes rios que as populações ribeirinhas, inclusive a população da cidade de Manaus encontra sua dieta alimentar, como bem observa Veríssimo (1985). O hábito das pessoas construírem moradias as margens dos rios representam essa relação milenar dos habitantes da região com a natureza na reprodução do modo de vida.

O aumento na demanda por pescado tem levado pescadores profissionais a investirem em equipamentos de pesca e tem capacidade para adentrarem os rios e lagos da

Amazônia em busca do melhor peixe de aceitação nas feiras das cidades e para frigoríficos. Para os moradores das várzeas isso é chamado de invasão.

Este termo invasão é usado por caracterizar o uso despreocupado com a dinâmica da reprodução das espécies e menos com o modo de vida das populações locais que se alimentam exclusivamente do peixe. Conseqüência disto é a pesca intensiva está transformando estes espaços à sobre-exploração, fato que tem sido perceptível pelas comunidades ribeirinhas.

Os resultados apontaram que um conflito se destaca entre os demais, é o confronto “comunitários e gestores das associações” pelo uso do bem comum. Isto tem criado certa desconfiança entre os comunitários, pelas denúncias de fraude e corrupção de modo que tem comprometido o desempenho e avanço dos trabalhos das comunidades que tentam organizar a produção pesqueira. Segue abaixo (tabela 01) o nome das comunidades do complexo Macuricanã.

	Comunidades
	Aliança com Deus
	Anabi
	Boa Vista
	Boa Vista do Itaboraí de
Baixo	
	CaldeirãoNazaré
	DivinoEspírito Santo
	Divino Espírito Santo do
Meio	
	ImaculadaConceição
	Itaboraí de Cima
	Jacaré
	Jacaré Santa Ana
	Nossa senhora da Saúde do
Jacaré	
	Paraná do Espírito Santo do
Boto	
	Santa Ana do Paraná do
Jacaré	
	Santa Rita de Cássia do
Boto	
	São Francisco
	São José
	São José do Espírito Santo
de Cima	
	São Raimundo do Araçá
	São Sebastião do Boto

Tabela 01: Comunidades do Complexo Macuricanã.

Os conflitos foram analisados em diferentes tipologias (Tabela 02). Primeiramente, conflitos pelo poder político das associações envolvidas com as atividades de pesca. Neste contexto colônia de pescadores e associações entram em conflito pela disputa de estratégias estabelecidas com torno da pesca. Não existe consenso entre as decisões, todos lutam por interesses próprios, acumulação de capital. Outra fonte de conflito é a ineficiência das fiscalizações sobre os lagos e enfraquecimento das práticas de manejo, que não oferecem resultados positivos, porque os pescadores de fora e até mesmo os moradores do complexo não respeitam o acordo de pesca.

Tipos	Fontes de Conflitos	Conteúdo das fontes de conflitos
Tipo 1	Poder político entre as organizações sociais envolvidas com as atividades de pesca	Interesses divergentes entre o sindicato e colônia, por conta de poder político em torno da condução de estratégias de fiscalização.
Tipo 2	Eficiência dos planos de manejo e na fiscalização	Falta de fiscalizações por parte do Estado inviabiliza parcialmente o manejo dos lagos.
Tipo 3	Conflitos entre membros da pesca artesanal e industrial	Corrupção e irregularidades dentro de tais organizações
Tipo 4	Conservação e uso do recurso	Turismo, indústria pesqueira e conservação ambiental
Tipo 5	Impactos econômicos, ambientais e políticos	Impactos principalmente nos lagos destinados a procriação de peixes.

Fonte: A configuração dessa tipologia é baseada em Bennet, et al (2005)

Tabela 02: Tipologia dos conflitos

A tipologia dos conflitos auxiliou na compreensão dos problemas que ocorrem na área de estudo. Conflito tipo 01: O acordo de pesca, criado pelo GRUPACOM que por falta de verba, instalou-se em apenas um setor do Complexo, não é suficiente para regularizar a pesca em todo território da APA, causando confronto entre comunitários.

Conflito tipo 02 e 03, observou-se que a eficiência na gestão participativa dos lagos do Complexo Macuricanã está dando os primeiros resultados. As comunidades estão se organizando, construindo uma mentalidade política voltada para o que é relevante no desenvolvimento local da cadeia produtiva do pescado, mas, ainda falta muito, especialmente no que se refere ao apoio do Estado como ente principal a promover a fiscalização da entrada e saída de barcos pesqueiros vindos de outros lugares e com capacidade maior para armazenamento de pescado. Isto leva os próprios moradores da área a praticarem a fiscalização, sendo que legalmente isto não é permitido.

Conflito tipo 04 mostra que a área possui alternativas viáveis para outras atividades econômicas, tais como o turismo, visto que em determinada época do ano a pesca precisa

ser suspensa respeitando o período de reprodução das espécies. E conflito tipo 05 é um alerta para o avanço da pecuária. A criação de búfalos nas margens dos rios causa impactos ambientais neste ambiente. De acordo com Souza e Almeida (2010) estudos geográficos mostram que na região amazônica podemos encontrar características distintas, que são frutos de tempos geológicos antigos, que levaram a nossa região a ter planaltos residuais, depressões e planícies “ cuja base são de rochas ígneas-metamórficas pré-cambrianas” onde podemos encontrar paisagens que são compostas por paredões terrenos mais baixos, de acordo com estes autores, a fertilidade que as margens dos rios recebem pelo processo enchente e vazante na bacia do rio Amazonas torna-se propício a agricultura e pecuária, assim:

“O rio Amazonas possui em suas margens grandes extensões de terras baixas, conhecidas como várzeas. Estas terras são inundadas por seis meses pelas enchentes, característica natural da Amazônia. Quando ocorre a enchente dois processos importantes ocorrem nas várzeas: o primeiro é a deposição sedimentar que aumenta os diques marginais, popularmente conhecido como “crescimento da terra” e o segundo corresponde ao processo natural de fertilização do solo, o qual fica rico em nutrientes propício a agricultura de ciclo rápido e também é muito utilizado para a criação de animais, principalmente bovinos e bubalinos”. SOUZA e ALMEIDA, 2010 -2.

Hoje já é possível ver os moradores se mobilizando e participando. Entretanto um fato importante que os gestores precisam levar em consideração é que é necessário levar em consideração o conhecimento tradicional dos ribeirinhos sobre os ambientes da várzea. Pois os grupos humanos que ali residem e trabalham, conhecem as particularidades de cada ambiente, bem como o que fazer para realizar sua conservação e combater a escassez.

Considerações

Esta pesquisa mostrou em seus resultados que o recurso pesqueiro que em décadas passadas já foi considerado inesgotável, pela sua abundância, hoje se encontra em estado de exaustão. Por que? Por causa do aumento na demanda por pescado tem levado pescadores profissionais a investirem em equipamentos de pesca e tem capacidade para adentrarem os rios e lagos da Amazônia em busca do melhor peixe de aceitação nas feiras das cidades e para frigoríficos.

As comunidades de ribeirinhos foram as principais prejudicadas com estas mudanças. Visando controlar a diminuição dos estoques de peixes nos lagos, as

comunidades estabeleceram regras de uso do recurso, ou seja, criaram suas próprias instituições. Observou-se que os comunitários já entendem que apenas pensar políticas públicas visando à proteção ambiental não é a solução.

O planejamento para estas áreas deve levar em consideração os aspectos sociais, culturais, econômicos e naturais. As comunidades estão se organizando, construindo uma mentalidade política voltada para o que é relevante no desenvolvimento local da cadeia produtiva do pescado, mas, ainda falta muito.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Regina Araújo de, SOZUA, José Camilo Ramos de. *Vazante e enchente na amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos*. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

AMARAL, E.; SOUZA, I.S; GONÇALVES, A.C.T; BRAGA, R.; FERRAZ, P.; CARVALHO, G. *Manejo de pirarucus (arapaima gigas) em lagos de várzea de uso exclusivo de pescadores de áreas urbanas. Baseado na experiência do Instituto Mamirauá, junto a Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã na Cogestão do Complexo do Lago Preto, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- RDSM*. Tefé – Ed. IDSM, 2011. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUEIRO, G. *Dicionário de Política*. Edunb 5º Ed. V.1, 1961

Supremo Tribunal Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília 2017. Disponível em: <
<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>

DINIZ, M.B; ARRAES, R.A. *Tragédia dos Comuns e o exemplo da pesca da Lagosta: Abordagens Teóricas*. Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2001.

FIANE, R. *Cooperação e Conflito: Instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Editora: Elsevier, 2011.

HELLEBRANDT, L., ABDALAH, P., ASMUS, M., CASTELLO, J., *Conflitos da pesca artesanal de tainha na Colônia Z3*, Pelotas - RS – 2011

MCGRATH, D.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.; CÂMARA, E. *Manejo Comunitário de*

lagos de Várzea e o Desenvolvimento Sustentável da Pesca da Mazônia. Biodiversidade, Pesquisa e Desenvolvimento na Amazonia. ParceriasEstratégicas nº12, 2001.

BENNETT, E.; NEILAND, A.; ANANG, E.; BANNERMAN, P.; RAHMAN, A. A.; HUQ, S.; BHUIYA, S.; DAY, M.; CLERVEAUX, W. *Towards a better understanding of conflict management in tropical fisheries: evidence from Ghana, Bangladesh and the Caribbean. CEMARE Research Paper. University of Portsmouth. No 159. 2001.*

RAPOZO, P.H.C. *Territórios Sociais da Pesca no Rio Solimões. Uso e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. Dissertação de Mestrado (PPGCS –UFAM), Manaus 2010.*

RUFFINO, Mauro Luís (Coord.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira.* Manaus: IBAMA/Provárzea, 2004.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia.* Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves, 1895.

VIEIRA, L. A. *Diagnóstico da Pesca na Região de Parintins.* Núcleo de Tecnologias Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 2004